ReGeo ISSN: 2177-3246

A COP30 E AS CONTRADIÇÕES URBANAS EM BELÉM: MANDÍ ATIVISMO, COMITÊ COP30 E MAPINGUARI DIANTE DA MARGINALIZAÇÃO DA VILA DA BARCA

COP30 AND URBAN CONTRADICTIONS IN BELÉM: MANDÍ ACTIVISM, COP30 COMMITTEE AND MAPINGUARI FACING THE MARGINALIZATION OF VILA DA BARCA

COP30 Y LAS CONTRADICCIONES URBANAS EN BELÉM: MANDÍ ACTIVISMO, COMITÉ COP30 Y MAPINGUARI ANTE LA MARGINALIZACIÓN DE VILA DA BARCA

https://doi.org/10.56238/revgeov17n10-170

Data de submissão: 23/09/2026 **Data de publicação:** 23/10/2026

Anderson Carlos Fontes da Silva
Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia
Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
E-mail: fontesprofgeo@gmail.com

RESUMO

A realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém, em novembro de 2025, colocou a capital paraense em evidência no circuito internacional da diplomacia climática. Ao mesmo tempo, a preparação da cidade para o evento tornou mais visíveis contradições socioespaciais historicamente presentes, entre elas as condições de saneamento e as denúncias de impactos das obras na Vila da Barca. Este artigo analisa essas contradições e examina como Mandí Ativismo, Instituto Mapinguari e Comitê COP30 construíram formas de denúncia, mobilização e reivindicação de participação popular. A pesquisa adota abordagem qualitativa e documental, com base em reportagens, publicações institucionais e materiais públicos dos coletivos referidos no texto. A análise organiza-se em três eixos: seletividade espacial dos investimentos, distribuição desigual dos riscos e disputas de narrativas sobre a Amazônia e a cidade. Argumenta-se que as mobilizações examinadas não devem ser compreendidas apenas como oposição à conferência, mas como disputas sobre quem participa das decisões, quais necessidades são priorizadas e quais modos de vida são reconhecidos na produção do espaço urbano. O artigo também reconhece os limites do corpus documental: as fontes permitem identificar denúncias, posicionamentos e estratégias públicas, mas não bastam, isoladamente, para estabelecer todos os nexos causais relativos às obras nem para mensurar os resultados políticos das mobilizações.

Palavras-chave: COP30. Produção do Espaço Urbano. Justiça Socioambiental. Vila da Barca. Mobilização Coletiva.

ABSTRACT

The holding of the 30th Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change (COP30) in Belém in November 2025 placed the Pará capital in the spotlight of the international circuit of climate diplomacy. At the same time, the city's preparation for the event made more visible socio-spatial contradictions historically present, among them sanitation conditions and reports of impacts of works in Vila da Barca. This article analyzes these contradictions and examines how Mandí Ativismo, Instituto Mapinguari, and Comitê COP30 built forms of protest, mobilization, and claims for popular participation. The research adopts a qualitative and documentary approach, based on journalistic reports, institutional publications, and public materials from the collectives mentioned in the text. The analysis is organized around three axes: spatial selectivity of investments,

unequal distribution of risks, and disputes over narratives about the Amazon and the city. It is argued that the mobilizations examined should not be understood merely as opposition to the conference, but as disputes over who participates in decisions, which needs are prioritized, and which ways of life are recognized in the production of urban space. The article also acknowledges the limitations of the documentary corpus: the sources allow for identifying protests, positions, and public strategies, but are insufficient on their own to establish all causal nexuses related to the works or to measure the political results of the mobilizations.

Keywords: COP30. Production of Urban Space. Socioenvironmental Justice. Vila da Barca. Collective Mobilization.

RESUMEN
La realización de la 30ª Conferencia de las Partes de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (COP30) en Belém en noviembre de 2025 colocó la capital paraense en el centro de atención del circuito internacional de diplomacia climática. Al mismo tiempo, la preparación de la ciudad para el evento hizo más visibles las contradicciones socioespaciales históricamente presentes, entre ellas las condiciones de saneamiento y las denuncias de impactos de las obras en Vila da Barca. Este artículo analiza estas contradicciones y examina cómo Mandí Ativismo, Instituto Mapinguari y Comitê COP30 construyeron formas de denuncia, movilización y reivindicación de participación popular. La investigación adopta un enfoque cualitativo y documental, basado en reportajes, publicaciones institucionales y materiales públicos de los colectivos mencionados en el texto. El análisis se organiza en tres ejes: selectividad espacial de las inversiones, distribución desigual de los riesgos y disputas de narrativas sobre la Amazonia y la ciudad. Se sostiene que las movilizaciones examinadas no deben entenderse únicamente como oposición a la conferencia, sino como disputas sobre quién participa en las decisiones, qué necesidades se priorizan y qué modos de vida se reconocen en la producción del espacio urbano. El artículo también reconoce los límites del corpus documental: las fuentes permiten identificar denuncias, posicionamientos y estrategias públicas, pero no son suficientes, aisladamente, para establecer todos los nexos causales relativos a las obras ni para medir los resultados políticos de las movilizaciones.

Palabras clave: COP30. Producción del Espacio Urbano. Justicia Socioambiental. Vila da Barca. Movilización Colectiva.

1 INTRODUÇÃO

A realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém, entre 10 e 21 de novembro de 2025, inseriu a capital paraense de maneira ainda mais intensa no circuito global da diplomacia climática. Os investimentos públicos e privados anunciados para infraestrutura, saneamento, mobilidade e hotelaria foram apresentados por agentes governamentais como oportunidade de modernização e de construção de um legado para a cidade (AGÊNCIA GOV, 2024). Entretanto, a realização de um evento internacional não elimina as contradições urbanas existentes, ela pode acelerar intervenções, reordenar prioridades e conferir maior visibilidade a disputas que já atravessavam a produção do espaço urbano.

A Avenida Visconde de Souza Franco, conhecida como Doca (FIGURA 1), tornou-se um dos espaços emblemáticos das intervenções de requalificação urbana. A construção do parque linear e as mudanças na paisagem da avenida foram apresentadas como parte da modernização da cidade. Próximo dali, a Vila da Barca (FIGURA 2), comunidade historicamente marcada pela presença de palafitas, pela relação com as águas e por reivindicações antigas por infraestrutura, passou a denunciar impactos relacionados às obras e a falta de informações e participação nas decisões que afetavam seu cotidiano. Reportagens publicadas em 2025 registraram questionamentos dos moradores sobre a deposição de resíduos, a qualidade da água e a implantação de uma estação elevatória associada ao sistema de esgotamento da área da Doca (CASTRO, 2025; COSTA TAVARES; FREITAS; RODRIGUES, 2025).

Figura 1. Parque Horizontal da Avenida Visconde de Souza Franco



Fonte: Diário do Pará, 2024

Figura 2. Vista Aérea da Vila da Barca



Fonte: Tv Globo

A questão, portanto, não se resume a uma oposição entre modernização e atraso, nem à ideia de que toda obra de infraestrutura seja, por definição, excludente. O problema está em compreender como os investimentos são distribuídos, quais populações são consideradas prioritárias, como os processos decisórios são conduzidos e quem suporta os riscos e custos das intervenções. Obras de saneamento e drenagem são necessidades reais em uma cidade marcada pelas águas e por déficits históricos de infraestrutura. Todavia, sua relevância pública não elimina a obrigação de garantir transparência, participação, prevenção de danos e atendimento às comunidades afetadas.

É nesse contexto que se situam Mandí Ativismo, Instituto Mapinguari e Comitê COP30. Por meio de vídeos, manifestações públicas, produção de informação, articulação institucional e ações de mobilização, esses sujeitos coletivos questionaram as prioridades da preparação de Belém para a conferência e reivindicaram maior protagonismo das populações amazônidas. O interesse deste artigo não é presumir que os três grupos atuem de maneira idêntica, nem afirmar que todos tenham a Vila da Barca como objeto exclusivo de intervenção. Busca-se compreender como suas ações e narrativas públicas participam de uma disputa mais ampla sobre os sentidos da COP30, da sustentabilidade e do desenvolvimento urbano na Amazônia.

A pergunta que orienta o trabalho é: como Mandí Ativismo, Instituto Mapinguari e Comitê COP30 construíram formas de contestação às contradições socioespaciais associadas à preparação de Belém para a COP30, e de que maneira essas práticas ajudam a compreender as disputas em torno da marginalização da Vila da Barca? O objetivo geral é analisar as contradições urbanas evidenciadas no período de preparação para a conferência e examinar as formas públicas de denúncia e reivindicação

articuladas pelos três coletivos. Como objetivos específicos, procura-se: a) discutir a seletividade espacial das intervenções e suas implicações para a Vila da Barca; b) identificar as principais estratégias de comunicação e incidência pública atribuídas aos coletivos nas fontes consultadas; e c) relacionar essas práticas às disputas sobre participação, justiça socioambiental e reconhecimento dos modos de vida amazônidas.

O argumento central é que as controvérsias em torno da Vila da Barca permitem observar uma contradição entre a projeção internacional de Belém como cidade-sede de uma conferência climática e a permanência de desigualdades no acesso à infraestrutura e na participação nas decisões urbanas. As ações dos coletivos, por sua vez, tornam visível que a disputa não se limita à oposição a uma obra ou a um evento: envolve também a possibilidade de definir os problemas, os conhecimentos e as prioridades que devem orientar a transformação da cidade.

Como o texto foi elaborado a partir de materiais públicos e reportagens relacionados sobretudo ao período de preparação da conferência, seu recorte principal compreende 2024 e 2025, com atenção às controvérsias que ganharam visibilidade antes da COP30. A conferência já foi realizada; por isso, o artigo assume uma perspectiva retrospectiva sobre esse processo de preparação, sem pretender avaliar de maneira abrangente o legado posterior do evento. Essa delimitação é necessária para distinguir o que as fontes registram no período estudado de qualquer conclusão sobre resultados posteriores.

O artigo adota uma abordagem qualitativa, de caráter documental, voltada à interpretação de narrativas públicas sobre as intervenções urbanas relacionadas à COP30 e sobre as respostas construídas por coletivos sociais. O corpus considerado é composto por reportagens publicadas em veículos de comunicação, materiais institucionais e publicações públicas atribuídas a Mandí Ativismo, Instituto Mapinguari e Comitê COP30, além de imagens e documentos referenciados no manuscrito original. Entre os materiais identificados estão o vídeo “COP30 pra quem?”, atribuído ao Mandí Ativismo, publicações do Instituto Mapinguari sobre a conferência e reportagens sobre as denúncias de moradores da Vila da Barca.

A leitura dos materiais foi organizada em três eixos analíticos. O primeiro reúne informações sobre a localização, a finalidade e a distribuição das intervenções urbanas, buscando identificar como se expressa a seletividade espacial dos investimentos. O segundo considera as denúncias e controvérsias socioambientais, distinguindo relatos de moradores, informações atribuídas a órgãos públicos e interpretações desenvolvidas por jornalistas ou pesquisadores. O terceiro examina as formas de comunicação e mobilização dos coletivos, considerando as reivindicações de participação, justiça climática e valorização dos conhecimentos e modos de vida amazônidas.

Esse procedimento não equivale a uma análise exaustiva de todas as publicações dos coletivos, nem a uma pesquisa de campo com moradores ou representantes institucionais. O manuscrito não dispõe de entrevistas sistemáticas, observação participante ou uma base documental completa que permita comparar de maneira abrangente as ações e os resultados de cada organização. Por essa razão, as conclusões se restringem às práticas e aos posicionamentos que aparecem nas fontes consultadas. Quando uma reportagem registra uma denúncia, ela é tratada como denúncia documentada, e não automaticamente como comprovação independente de todos os fatos alegados. Da mesma forma, a identificação de estratégias de mobilização não permite, por si só, afirmar que elas produziram mudanças efetivas nas políticas públicas.

Essa explicitação dos limites é importante porque o debate envolve conflitos reais, responsabilidades institucionais e impactos ambientais que exigem verificação técnica e documental. A análise geográfica pode interpretar a distribuição espacial dos benefícios e dos riscos, mas deve evitar transformar a proximidade entre duas intervenções em prova suficiente de causalidade. O objetivo é compreender a configuração do conflito e as formas públicas de contestação, sem atribuir às fontes mais do que elas efetivamente sustentam.

2 AS CONTRADIÇÕES URBANAS DA COP30 EM BELÉM E A INVISIBILIZAÇÃO DA VILA DA BARCA

A realização da COP30 em Belém foi uma oportunidade de projeção internacional e um momento de intensificação de disputas sobre a cidade. A conferência colocou a Amazônia no centro de debates globais sobre mudanças climáticas, mas a preparação do espaço urbano para receber delegações, visitantes e atividades institucionais também evidenciou a diferença entre a imagem de cidade sustentável e as condições vividas por parcelas da população. Grandes eventos podem funcionar como justificativa para acelerar obras e reorganizar áreas estratégicas, enquanto questões relacionadas à participação popular, à moradia e à distribuição dos investimentos permanecem em disputa.

A Doca constitui um exemplo expressivo dessa tensão. As obras de requalificação, a arborização, a padronização de calçadas, a iluminação e a implantação de um parque linear alteram a paisagem e projetam uma determinada imagem de Belém. Essa transformação não deve ser avaliada apenas por sua aparência, mas também pelos objetivos da intervenção, pelos agentes envolvidos, pelos usos previstos e pela distribuição de seus benefícios. A crítica não consiste em rejeitar espaços públicos qualificados, e sim em perguntar o por quê determinadas áreas recebem investimentos concentrados e visíveis enquanto outras continuam enfrentando carências históricas.

A Vila da Barca, situada nas proximidades do bairro do Umarizal e da baía do Guajará, é uma comunidade de ocupação antiga, marcada por moradias sobre palafitas e por vínculos cotidianos com as águas. A comunidade também tem sido objeto de intervenções habitacionais que não atenderam integralmente às necessidades locais. Conforme a reportagem publicada por Costa Tavares, Freitas e Rodrigues (2025), a obra de uma estação elevatória associada ao sistema de esgotamento da Doca e a deposição de resíduos da construção provocaram questionamentos e protestos de moradores (FIGURA3). A matéria registra ainda reclamações sobre a ausência de consulta e de informações suficientes a respeito dos impactos da intervenção.

Figura 3. Espaço Desapropriado para Receber os Dejetos do Saneamento Básico



Fonte: Brasil de Fato, 2025

Esses relatos evidenciam que a controvérsia não se restringe à presença física de uma obra na comunidade. O conflito envolve a forma como a decisão foi comunicada, a destinação do equipamento, a disponibilidade de informações sobre seus impactos e a relação entre a infraestrutura projetada e as necessidades dos moradores. Castro (2025) registrou que a estação elevatória era apresentada como parte do sistema relacionado à área da Doca e que moradores questionavam o fato de uma obra de grande porte ser implantada em sua comunidade sem que suas demandas históricas de saneamento estivessem resolvidas. A reportagem também apresenta a posição de órgãos públicos, que contestaram a interpretação de que os dejetos seriam simplesmente despejados na Vila da Barca (ASSUNÇÃO,

2025; VIANA, 2025). Essa divergência deve ser mantida na análise, pois revela que o conflito envolve não apenas a denúncia, mas também a disputa sobre a descrição técnica da obra e seus efeitos.

Em audiência uma pública realizada em abril de 2025, moradores confrontaram representantes da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) sobre a qualidade da água fornecida à comunidade. O movimento desafiou o diretor da Cosanpa a beber uma agua de péssima qualidade e este se recusou a beber. Este episódio, amplamente repercutido pela imprensa, tornou visível a distância entre as declarações institucionais e a experiência cotidiana relatada pelos moradores (LOPES, 2025). Mais do que um acontecimento isolado, a cena pode ser interpretada como uma forma de contestação pública: ao exigir que um representante institucional consumisse a água distribuída, os moradores transformaram uma experiência cotidiana de insegurança em uma questão política e comunicável. O caso permite discutir a seletividade espacial das intervenções públicas. Não se trata apenas de identificar onde há obras, mas de examinar quais áreas recebem investimentos, a quais populações as infraestruturas se destinam e quais comunidades suportam os efeitos negativos ou permanecem sem atendimento adequado. A seletividade não deve ser presumida exclusivamente a partir da diferença visual entre a Doca e a Vila da Barca; ela precisa ser demonstrada por meio da localização das obras, de seus objetivos declarados, das condições preexistentes e das demandas apresentadas pelos moradores. As reportagens consultadas oferecem elementos para formular essa interpretação, embora não substituam uma análise completa dos orçamentos, projetos executivos e estudos de impacto.

A discussão também se relaciona ao conceito de racismo ambiental, empregado no debate público sobre a Vila da Barca. Acselrad (2004) contribui para compreender a construção social dos riscos e a distribuição desigual dos danos ambientais. No caso analisado, a mobilização desse conceito exige considerar como populações de baixa renda e historicamente marginalizadas são expostas a riscos, como participam (ou não) das decisões e em que medida suas necessidades são reconhecidas pelas instituições. A denúncia de racismo ambiental não deve funcionar apenas como rótulo; precisa ser relacionada aos mecanismos concretos de distribuição desigual dos riscos e de desconsideração das reivindicações dos grupos atingidos.

A noção de “cidade-vitrine” é utilizada aqui como uma chave interpretativa para compreender intervenções que projetam uma imagem urbana destinada à visibilidade externa. Ela não deve ser atribuída automaticamente como conceito original de Harvey (2014) ou Holston (2008). Harvey oferece instrumentos para discutir a relação entre urbanização, acumulação e disputas pelo direito à cidade, enquanto Holston permite pensar formas de cidadania insurgente e contestação das instituições. Em diálogo, essas contribuições ajudam a interpretar a contradição entre a construção de uma imagem de modernização e a persistência de reivindicações por serviços, reconhecimento e participação.

Assim, a Vila da Barca não aparece apenas como espaço carente de infraestrutura ou como cenário de uma denúncia. Sua localização, seus modos de vida, sua organização comunitária e as reivindicações de seus moradores colocam em questão os critérios que orientam a produção da cidade. A contradição central reside no fato de que a projeção internacional de Belém como território estratégico para o debate climático convive com conflitos sobre saneamento, informação pública e reconhecimento político de uma comunidade localizada em área central.

3 MANDÍ ATIVISMO, INSTITUTO MAPINGUARI E COMITÊ COP30: VOZES DISSONANTES FRENTE À GEOPOLÍTICA DA CONFERÊNCIA

As controvérsias em torno das obras associadas à COP30 abriram espaço para diferentes formas de mobilização e contestação. Mandí Ativismo, Instituto Mapinguari e Comitê COP30 aparecem no manuscrito como sujeitos que, a partir de posições e estratégias distintas, reivindicam maior participação social nas decisões e questionam representações da Amazônia construídas sem protagonismo de seus habitantes. É importante, entretanto, não tratá-los como uma organização homogênea. As diferenças de formação, escala de atuação e repertório político precisam ser preservadas, ainda que suas agendas possam convergir em determinados momentos.

3.1 MANDÍ ATIVISMO: COMUNICAÇÃO, DENÚNCIA E PROTAGONISMO AMAZÔNIDA

O Mandí Ativismo (FIGURA 4) é apresentado como um coletivo que reúne jovens periféricos, indígenas e quilombolas e que atua por meio de vídeos, arte de rua e rodas de diálogo. Entre os materiais mencionados no manuscrito está o vídeo “COP30 pra quem?”, publicado em abril de 2025. A própria formulação do título converte a conferência em uma pergunta sobre distribuição de benefícios e participação: quem é contemplado pelas transformações associadas ao evento e quem tem suas demandas deslocadas para a margem?

Figura 4. Representantes do Mandí ativismo



Fonte: Arquivo do Mandí Ativismo

A força analítica desse material está em relacionar a escala global da conferência às experiências concretas da cidade. Ao contrastar a imagem projetada pela Doca com as condições denunciadas na Vila da Barca, a comunicação do coletivo pode ser interpretada como uma disputa pela representação de Belém. A cidade deixa de aparecer como cenário passivo de um evento internacional e passa a ser apresentada como espaço de conflitos, sujeitos políticos e modos de vida que não podem ser reduzidos à função de receber visitantes ou oferecer uma paisagem de sustentabilidade.

O manuscrito original registra que a intenção do movimento não seria rejeitar a COP30, mas reivindicar que o protagonismo amazônida fosse respeitado nos espaços de negociação. Essa distinção é central: contestar a forma como a conferência é preparada não equivale a negar a importância do debate climático. A crítica dirige-se às condições de participação e aos critérios que definem quais vozes são ouvidas.

3.2 INSTITUTO MAPINGUARI: PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO E INCIDÊNCIA SOCIOAMBIENTAL

O Instituto Mapinguari (FIGURA 5) é descrito no manuscrito como uma organização que articula pesquisa, formação, educação comunitária e participação em espaços institucionais. O texto original atribui à organização a produção de materiais sobre os impactos socioambientais da COP30, a participação em audiências e a cobrança por transparência nos gastos e na execução de obras. Essas práticas apontam para um repertório distinto daquele associado à comunicação audiovisual do Mandí Ativismo, embora possam convergir na reivindicação de maior protagonismo dos sujeitos amazônidas.

Figura 5. Representantes do Instituto Mapinguari



Fonte: Blog de Rocha, 2025

A produção de informação tem relevância política porque a participação pública depende também do acesso a dados, documentos e explicações compreensíveis sobre projetos e decisões. Em conflitos envolvendo obras de infraestrutura, a desigualdade não se manifesta somente na distribuição material dos equipamentos, mas também na capacidade de conhecer, questionar e influenciar os processos decisórios. A incidência institucional e a produção de conhecimento podem, portanto, ampliar as condições para que organizações e comunidades formulem demandas e contestem versões oficiais.

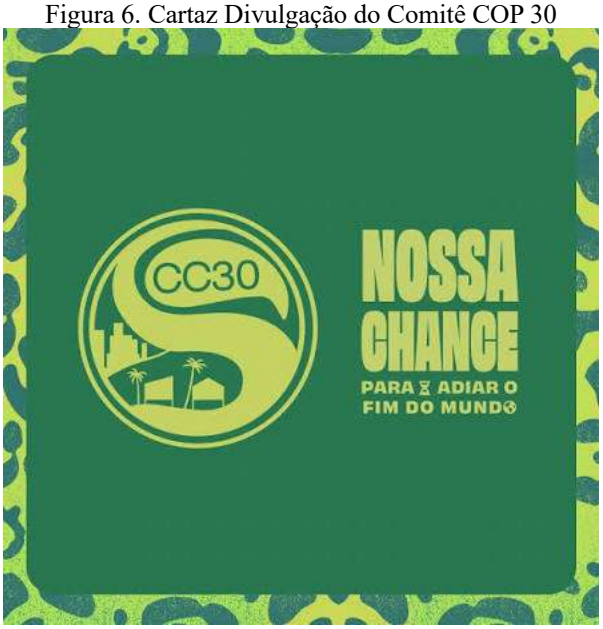
O registro publicado pelo próprio Instituto Mapinguari após a COP30 informa que a organização participou de atividades relacionadas às negociações climáticas, à segurança alimentar, à valorização cultural e à mobilização social (INSTITUTO MAPINGUARI, 2025). Esse material ajuda a situar sua atuação no período da conferência, mas não demonstra, isoladamente, que todas as ações tenham sido diretamente relacionadas à Vila da Barca. Por isso, é necessário distinguir a agenda socioambiental mais ampla do instituto das mobilizações específicas da comunidade. O vínculo entre ambas deve ser estabelecido apenas quando houver evidência documental que o sustente.

3.3 COMITÊ COP30: ARTICULAÇÃO E REIVINDICAÇÃO DE UMA CONFERÊNCIA POPULAR

O Comitê COP30 (FIGURA 6) é apresentado como uma articulação que reúne organizações, moradores, estudantes e pesquisadores comprometidos com a justiça ambiental e com a ampliação da participação popular. O manuscrito menciona a presença de Mandí Ativismo, Instituto Mapinguari e

outras organizações, além de representantes de comunidades tradicionais, quilombolas e periferias urbanas. Sua atuação pode ser compreendida como uma tentativa de articular pautas e sujeitos diversos em torno da exigência de uma conferência que não se limite aos espaços diplomáticos formais.

Figura 6. Cartaz Divulgação do Comitê COP 30



Fonte: Instagram Comitê Cop 30

A ideia de uma COP popular não deve ser tratada apenas como uma expressão de ordem. Ela aponta para uma disputa sobre as condições de produção das decisões climáticas: quais sujeitos podem participar, quais conhecimentos são reconhecidos e como os compromissos internacionais se relacionam com problemas concretos vividos nos territórios. No caso de Belém, a distância entre a escala global da conferência e as demandas de comunidades urbanas permite perguntar se a sustentabilidade é formulada apenas como meta ambiental ou se incorpora as condições de moradia, saneamento, permanência e participação política.

Ao mesmo tempo, a existência de uma articulação ampla não elimina diferenças entre seus integrantes. O artigo não dispõe de elementos suficientes para avaliar detalhadamente as relações internas do Comitê, os processos de tomada de decisão ou os resultados alcançados por cada organização. Por isso, sua atuação é examinada aqui a partir das reivindicações públicas identificadas, sem presumir consenso absoluto ou eficácia política homogênea.

3.4 CONVERGÊNCIAS, DIFERENÇAS E LIMITES DAS ESTRATÉGIAS DE CONTESTAÇÃO

Considerados em conjunto, os três sujeitos coletivos permitem observar repertórios complementares: comunicação e produção de narrativas, pesquisa e incidência institucional, e

articulação entre organizações e grupos sociais. A convergência está na crítica à insuficiência da participação popular e na defesa de que os habitantes da Amazônia sejam reconhecidos como sujeitos das decisões climáticas. A diferença está nas formas de atuação e nas escalas em que cada iniciativa procura intervir. Essas práticas podem ser compreendidas como formas de disputa política pelo espaço público e pela interpretação dos problemas urbanos. A denúncia não apenas comunica uma situação já existente; ela também procura definir o que deve ser reconhecido como problema, quem tem autoridade para falar sobre ele e quais responsabilidades devem ser cobradas. O desafio é não confundir visibilidade com transformação. A repercussão de um vídeo, a realização de uma audiência ou a publicação de um relatório são acontecimentos relevantes, mas não demonstram, por si só, que houve alteração de políticas, reparação dos danos ou atendimento das reivindicações.

Essa distinção permite uma avaliação mais rigorosa da contribuição dos coletivos. Suas ações ampliam a circulação pública de críticas e reivindicações, mas os materiais aqui considerados não permitem medir de forma abrangente o alcance, a recepção ou os resultados de cada estratégia. Uma pesquisa posterior, com entrevistas, acompanhamento de reuniões e análise longitudinal de documentos, poderia investigar como essas mobilizações influenciaram decisões e se produziram mudanças duradouras. No presente artigo, o argumento se limita a demonstrar como as práticas públicas examinadas contestaram os sentidos predominantes atribuídos à preparação de Belém para a COP30.

4 A COP30 E AS GEOPOLÍTICAS DA AMAZÔNIA: DISPUTA DE ESCALAS, NARRATIVAS E CONHECIMENTOS

A discussão dos coletivos pode ser ampliada a partir da abordagem das geopolíticas da Amazônia mobilizada por Monteiro e Steiman (2025), referência citada no manuscrito original, cuja identificação bibliográfica completa precisa ser conferida antes da submissão. O artigo inicial menciona as geopolíticas ambiental, territorial, dos povos da floresta e do conhecimento, mas apresenta inconsistências ao anunciar ora três, ora quatro dimensões. Nesta versão, são consideradas quatro dimensões porque correspondem aos eixos efetivamente desenvolvidos no texto; a decisão final deve ser ajustada à formulação exata da obra consultada.

A geopolítica ambiental aparece na disputa sobre a transformação da Amazônia em referência global para a solução da crise climática. A centralidade internacional da região pode abrir oportunidades para a defesa de políticas ambientais, mas também pode reproduzir uma representação da Amazônia como recurso estratégico, sem garantir que seus habitantes participem de maneira efetiva

das decisões. As reivindicações dos coletivos colocam em questão essa dissociação entre a importância global atribuída à região e as condições concretas de vida de suas populações.

A geopolítica territorial se expressa nos conflitos relativos à localização das obras, à destinação de áreas e à distribuição dos benefícios e riscos. No caso da Vila da Barca, as controvérsias sobre a estação elevatória e os resíduos das obras tornam visível a disputa em torno dos usos do espaço e da capacidade de uma comunidade influenciar decisões que afetam seu cotidiano. A análise não autoriza concluir que todos os efeitos alegados tenham sido tecnicamente comprovados, mas permite identificar uma disputa pública sobre os critérios de implantação da infraestrutura e sobre o direito dos moradores à informação e à participação.

A geopolítica dos povos da floresta, tomada aqui em sentido ampliado para considerar os modos de vida amazônidas urbanos e ribeirinhos, ajuda a questionar a separação rígida entre floresta, cidade e comunidade tradicional. A Vila da Barca mostra que as relações com as águas, as formas de moradia e as práticas cotidianas não desaparecem por estarem situadas em uma área central de Belém. Os coletivos, por sua vez, reivindicam que a diversidade de experiências amazônicas seja reconhecida na formulação de políticas e na representação pública da região.

A geopolítica do conhecimento, por fim, diz respeito à disputa sobre quais saberes são considerados legítimos. Relatos de moradores sobre a água, questionamentos sobre a localização de obras e reivindicações por acesso a estudos técnicos não substituem perícias ou avaliações especializadas, mas também não devem ser desqualificados como percepções irrelevantes. O conhecimento técnico e a experiência cotidiana precisam ser colocados em diálogo, sobretudo quando decisões públicas afetam diretamente a saúde, a moradia e as condições de reprodução da vida.

Essas quatro dimensões não operam isoladamente. A projeção ambiental da Amazônia, a reorganização territorial, o reconhecimento dos modos de vida e a legitimidade dos conhecimentos se cruzam na preparação de Belém para a COP30. A disputa não se dá apenas entre governos e movimentos sociais, mas também entre diferentes formas de definir o desenvolvimento, a sustentabilidade e a cidade. O valor analítico da abordagem está em conectar os conflitos locais a escalas mais amplas sem apagar suas particularidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das controvérsias associadas à preparação de Belém para a COP30 evidencia que a realização de um evento internacional de grande visibilidade não elimina as desigualdades socioespaciais da cidade. Ao contrário, as intervenções urbanas podem tornar mais visíveis os critérios seletivos de investimento, as diferenças no acesso à infraestrutura e as dificuldades de participação de

comunidades historicamente marginalizadas. O caso da Vila da Barca permite examinar essas contradições a partir de denúncias relativas à qualidade da água, à deposição de resíduos e à implantação de uma estação elevatória associada ao sistema de esgotamento da área da Doca.

As fontes consultadas registram uma controvérsia que envolve moradores, órgãos públicos, obras de infraestrutura e diferentes interpretações sobre os impactos e os benefícios dos projetos. Essa divergência não deve ser apagada: ela constitui parte do próprio conflito e reforça a necessidade de transparência, informação acessível, avaliação dos impactos e participação das populações atingidas. A discussão sobre racismo ambiental torna-se mais consistente quando vinculada à distribuição desigual dos riscos e à capacidade diferenciada dos grupos sociais de influenciar as decisões.

Mandí Ativismo, Instituto Mapinguari e Comitê COP30 aparecem como sujeitos que, a partir de repertórios distintos, questionaram os sentidos predominantes atribuídos à conferência e reivindicaram maior protagonismo amazônida. O Mandí Ativismo mobiliza a comunicação e a produção de narrativas; o Instituto Mapinguari articula conhecimento, formação e incidência socioambiental; e o Comitê COP30 busca aproximar organizações e grupos diversos em torno da participação popular. As evidências reunidas permitem identificar convergências entre essas agendas, mas não autorizam presumir que os três atuem de maneira idêntica ou que suas mobilizações tenham produzido os mesmos resultados.

A contribuição do artigo consiste em aproximar as contradições urbanas evidenciadas na Vila da Barca das formas públicas de contestação construídas no contexto da COP30. Essa aproximação permite compreender a conferência não apenas como acontecimento diplomático, mas como momento de disputa sobre a produção do espaço urbano, a distribuição dos investimentos e o reconhecimento dos sujeitos que vivem na Amazônia. O conflito revela que a sustentabilidade não pode ser avaliada somente pela imagem de modernização ou pela execução de obras: deve incluir as condições de vida, os direitos das comunidades e a possibilidade de participação nas decisões.

É necessário, contudo, reconhecer os limites do estudo. A abordagem documental permite examinar narrativas e posicionamentos públicos, mas não substitui uma investigação sistemática dos projetos executivos, orçamentos, estudos ambientais e resultados posteriores das mobilizações. Tampouco permite medir integralmente o impacto político das ações dos coletivos. Pesquisas futuras poderão aprofundar essas dimensões por meio de entrevistas com moradores e representantes institucionais, acompanhamento das reivindicações e análise comparativa entre os objetivos anunciados e os efeitos concretos das intervenções.

Por fim, a crítica apresentada não implica rejeitar a realização da COP30 nem a necessidade de obras de infraestrutura em Belém. O argumento é que o legado urbano de um evento climático deve

ser avaliado também a partir de quem participa de sua construção, de quem recebe seus benefícios e de quem suporta seus custos. A Amazônia não pode ser considerada apenas recurso ambiental ou cenário de negociações internacionais; seus habitantes precisam ser reconhecidos como sujeitos políticos e produtores de conhecimento. É nesse sentido que as disputas em torno da Vila da Barca e as ações dos coletivos colocam em questão a possibilidade de uma cidade efetivamente inclusiva e de uma agenda climática comprometida com a justiça socioambiental.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. São Paulo: Cortez, 2004.

AGÊNCIA GOV. COP 30 em Belém terá investimento de mais de R$ 4,7 bilhões. 2024. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/2024/03/cop30-em-belem-tera-investimento-de-r-4-7-bilhoes/ . Acesso em: 12 jul. 2025.

ASSUNÇÃO, Nayara. Moradores da Vila da Barca denunciam esgoto vindo das obras da Doca. Diário do Pará, Belém, 15 abr. 2025.

CASTRO, Mariana. Obra da COP30 vai levar esgoto de área nobre em Belém para comunidade de palafitas. Brasil de Fato, 28 abr. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/04/28/obra-da-cop30-vai-de-levar-esgoto-de-area-nobre-em-belem-para-comunidade-de-palafitas/ . Acesso em: 9 out. 2026.

COSTA TAVARES, Maria Goretti da; FREITAS, Olga Lúcia Castreghini de; RODRIGUES, Roberta Menezes. Remoções, demolições e resíduos abrindo os caminhos para a COP30. Brasil de Fato, 17 maio 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/05/17/remocoes-demolicoes-e-residuos-abrindo-os-caminhos-para-a-cop30/ . Acesso em: 9 out. 2026.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLSTON, James. Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

INSTITUTO MAPINGUARI. Instituto Mapinguari encerra participação na COP30 com atuação estratégica para fortalecimento da voz amazônida nos debates globais. 21 nov. 2025. Disponível em: https://mapinguari.org/2025/11/21/instituto-mapinguari-encerra-participacao-na-cop30-com-atuacao-estrategica-para-fortalecimento-da-voz-amazonida-nos-debates-globais/ . Acesso em: 9 out. 2026.

MANDÍ ATIVISMO. Participação da sociedade civil na COP30: entre territórios e espaços de poder. 2 fev. 2024. Disponível em: http://mandi.org.br . Acesso em: 22 jul. 2025.

MANDÍ ATIVISMO. COP30 pra quem? [Vídeo]. Instagram, 18 abr. 2025. Disponível em: vídeo tirado do ar.

MAPINGUARI. Dossiê COP30: impactos socioambientais e ausência de participação popular. Belém, jun. 2025.

MAPINGUARI. Participação no Comitê COP30 e incidência climática. Lupa do Bem, 12 dez. 2024. Disponível em: http://lupadobem.com/sustentabilidade/instituto-mapinguari-enfrenta-o-lobby-do-petroleo-no-amapa/ . Acesso em: 22 jul. 2025.

MONTEIRO, M. A.; STEIMAN, R. As cinco geopolíticas da Amazônia. 2025. SR.

TRATA BRASIL. Ranking do saneamento 2024. 2024. Disponível em: https://www.tratabrasil.org.br . Acesso em: 10 jul. 2025.

TEIXEIRA, Lucas Borges. Obra de saneamento para a COP exclui comunidade de palafitas em Belém. UOL Ecoa, 17 jun. 2025. Disponível em: https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2025/06/17/obra-cop-belem-esgoto-vila-da-barca-protestos-comunidade-palafitas.htm . Acesso em: 9 out. 2026.

VIANA, Júlia. Esgoto da COP30 vai parar na Vila da Barca. Brasil de Fato Pará, Belém, 16 abr. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/04/28/obra-da-cop30-vai-de-levar-esgoto-de-area-nobre-em-belem-para-comunidade-de-palafitas/ . Acesso em 10 jul. 2025

LOPES, Naian Lucas. Diretor da Cosanpa recusa beber água da torneira da Vila da Barca e causa revolta. IG, Belém, 10 abr. 2025. Disponível em: https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2025-04-10/moradores-desafiam-diretor-da-cosanpa-a-beber-agua-de-torneira.html . Acesso em: 15 de jul. 2025.